

CLAUDIO MADUREIRA

LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONTROLE ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO SISTEMÁTICA DA LEI Nº 14.133/2021 NA
PERSPECTIVA DO MODELO BRASILEIRO DE PROCESSO

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

M1831 Madureira, Claudio

Licitações, contratos e controle administrativo: descrição sistemática da Lei nº 14.133/2021 na perspectiva do Modelo Brasileiro de Processo / Claudio Madureira. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

557 p.; 17x24cm

ISBN: 978-65-5518-189-0

1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Processual.
I. Título.

1194259

CDD 341.3

CDD 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MADUREIRA, Claudio. *Licitações, contratos e controle administrativo: descrição sistemática da Lei nº 14.133/2021 na perspectiva do Modelo Brasileiro de Processo*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 557 p. ISBN 978-65-5518-189-0.

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	23
---------------------	----

INTRODUÇÃO	25
------------------	----

PARTE I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021.....	39
1.1 Licitações e contratações realizadas no Brasil.....	39
1.2 Licitações e contratações realizadas no exterior	44
1.3 Licitações e contratações realizadas com recursos provenientes do exterior	44
1.4 As contratações relativas às reservas internacionais do país	48
1.5 Os campos de incidência e exclusão da Lei nº 14.133/2021	48
1.6 O relacionamento entre a Lei nº 14.133/2021 e o regime jurídico das microempresas e das empresas de pequeno porte	50

CAPÍTULO 2

NORMAS FUNDAMENTAIS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO, DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E DE CONTROLE ADMINISTRATIVO.....	53
2.1 Princípios aplicáveis aos processos de licitação, contratação pública e de controle administrativo.....	54
2.1.1 Princípio da legalidade.....	54
2.1.2 Princípio da impessoalidade	55
2.1.3 Princípios da moralidade e da probidade	55
2.1.4 Princípios da publicidade e da transparência	56
2.1.5 Princípios da eficiência, da eficácia e do planejamento	56
2.1.6 Princípios da igualdade e da competitividade	57
2.1.7 Princípio da segregação de funções	58
2.1.8 Princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.....	59
2.1.9 Princípio da segurança jurídica	60
2.1.10 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	62
2.1.11 Princípios da celeridade e da economicidade.....	63
2.1.12 Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	64
2.1.13 Princípio da motivação.....	67
2.1.13.1 O estrito relacionamento entre a gestão pública e a aplicação do direito	68
2.1.13.2 O dever de motivação das decisões jurídicas	69

2.1.13.2.1	O dever de motivação como imposição constitucional.....	70
2.1.13.2.2	O modelo decisório instituído pelo Código de Processo Civil 2015 e a sua extensão aos processos de licitação e contratação pública	70
2.1.13.3	Descrição sistemática do modelo decisório aplicável aos processos de licitação, de contratação pública e de controle administrativo	71
2.1.13.3.1	A inobservância dos pressupostos mínimos necessários à veiculação do discurso jurídico.....	72
2.1.13.3.2	A ausência de enfrentamento das razões deduzidas no processo	74
2.1.13.3.3	A aplicação inadequada do modelo de precedentes.....	74
2.1.13.4	A extensão da incidência do princípio também à atividade de controle	83
2.1.14	Princípio do interesse público.....	83
2.1.14.1	O que é interesse público?	84
2.1.14.1.1	O que não é interesse público?	85
2.1.14.1.1.1	Ilegitimidade da conceituação do interesse público como interesse do Poder Público (ou do Estado)	85
2.1.14.1.1.2	Ilegitimidade da conceituação do interesse público como interesse do público (ou da sociedade)	88
2.1.14.1.2	Interesse público como realização da dignidade da pessoa humana.....	89
2.1.14.1.3	Interesse público como síntese dos interesses assimilados pelo ordenamento jurídico-positivo	91
2.1.14.1.4	Interesse público e legalidade administrativa.....	95
2.1.14.1.5	Princípios implícitos	97
2.1.14.1.5.1	A supremacia do interesse público sobre o privado.....	97
2.1.14.1.5.2	A indisponibilidade do interesse público	98
2.1.14.2	Interesse público na Lei nº 14.133/2021.....	99
2.1.14.3	A extensão da incidência do princípio do interesse público, dos seus princípios implícitos e das regras auxiliares previstas na Lei nº 14.133/2021 aos órgãos de controle	101
2.2	Normas da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro aplicáveis aos processos de licitação, de contratação pública e de controle administrativo	102
2.2.1	Deveres administrativos e limitações ao desfazimento de atos e à atribuição de sanções a agentes estatais	102
2.2.1.1	O dever administrativo de não decidir sem ter em consideração as consequências da decisão	103
2.2.1.2	O dever administrativo de indicar as condições para a regularização dos atos considerados irregulares e de não impor aos responsáveis ônus ou perdas excessivos	103
2.2.1.3	O dever administrativo de interpretar o direito mediante consideração das reais dificuldades do gestor, das exigências das políticas públicas implementadas e das circunstâncias práticas que interferiam na sua conduta....	103
2.2.1.4	O dever administrativo de considerar, quando se cogitar da aplicação de sanções, a natureza e a gravidade da infração cometida, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os antecedentes dos agentes estatais envolvidos.....	104
2.2.1.5	O dever administrativo de estabelecer regime de transição em caso de modificação de interpretação/orientação sobre norma de conteúdo indeterminado	104

2.2.1.6	O dever administrativo de avaliar os atos praticados com base nas orientações gerais disponíveis ao tempo da sua prática e de preservar as situações plenamente constituídas com base nas orientações gerais então disponíveis.....	104
2.2.1.7	O dever administrativo de considerar a possibilidade de realizar ajustamento de condutas para convalidar os atos questionados	105
2.2.1.8	O dever administrativo de compensar benefícios indevidos e prejuízos anormais ou injustos que resultem dos atos questionados.....	105
2.2.1.9	O dever administrativo de considerar a possibilidade de realizar consulta pública para manifestação dos interessados sobre os atos praticados em processos de licitação e de contratação pública	106
2.2.1.10	O dever administrativo de contribuir para a segurança na aplicação do direito na esfera administrativa.....	106
2.2.1.11	O condicionamento da responsabilização de agentes estatais à demonstração de dolo ou culpa grave fundada em erro grosseiro	107
2.2.2	Extensão desses deveres e limitações aos órgãos de controle.....	107

CAPÍTULO 3

DEFINIÇÕES JURÍDICAS APRESENTADAS PELA LEI Nº 14.133/2021		109
3.1	A opção político-normativa por estabelecer definições que orientam a aplicação da lei	116
3.2	A adoção anterior de estratégia legislativa semelhante no âmbito da legislação nacional.....	116
3.3	A estratégia adotada para a apresentação das definições neste trabalho	117

CAPÍTULO 4

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSERÇÃO DOS AGENTES ESTATAIS NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....		119
4.1	Designação de agentes estatais e ordem de preferência.....	121
4.2	Agentes de contratação, pregoeiros e comissões de contratação	125
4.3	Vedações impostas aos agentes públicos que atuam no procedimento licitatório.....	132
4.4	A defesa de agentes estatais pela Advocacia Pública.....	133

PARTE II

O PROCESSO DE LICITAÇÃO

CAPÍTULO 5

A LICITAÇÃO COMO PROCESSO		139
5.1	Objetivos do processo licitatório	142
5.2	Regras gerais aplicáveis ao processo licitatório.....	144
5.3	Publicidade e sigilo no processo licitatório.....	146
5.4	Impedimentos no processo licitatório.....	149
5.5	A participação de consórcios no processo licitatório	152
5.6	A participação de cooperativas de trabalho no processo licitatório.....	154

CAPÍTULO 6

O PROCEDIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO	159
6.1 Disposições gerais sobre o procedimento do processo licitatório.....	160
6.1.1 Licitações eletrônicas <i>versus</i> licitações presenciais	160
6.1.2 A exigência de certificação dos colaboradores dos licitantes.....	160
6.2 As fases da licitação	161
6.2.1 Etapa interna (ou fase preparatória).....	161
6.2.1.1 Disposições sobre a elaboração de estudo técnico preliminar	164
6.2.1.2 Disposições sobre a administração de materiais, obras e serviços	166
6.2.1.3 Disposições sobre especificação de qualidade e vedação da aquisição de artigos de luxo	167
6.2.1.4 Disposições sobre audiências públicas e consultas públicas	168
6.2.1.5 Disposições sobre previsão de matriz de alocação de risco.....	169
6.2.1.6 Disposições sobre compatibilização do valor mínimo adotado pela Administração ao valor de mercado	171
6.2.1.7 Disposições sobre publicidade e sigilo do orçamento estimado da contratação..	175
6.2.1.8 Disposições sobre conteúdo do edital.....	175
6.2.1.9 Disposições sobre a adoção de margem de preferência para a aquisição de determinados bens e serviços	178
6.2.2 A etapa externa e suas fases executórias	180
6.2.2.1 A fase de divulgação do edital de licitação.....	180
6.2.2.2 A fase de apresentação de propostas e lances	180
6.2.2.3 A fase de julgamento	181
6.2.2.4 A fase de habilitação.....	182
6.2.2.5 A fase recursal	182
6.2.2.6 A fase de homologação.....	182

CAPÍTULO 7

MODALIDADES DE LICITAÇÃO.....	185
7.1 Concorrência e pregão.....	187
7.2 Concurso.....	189
7.3 Leilão.....	190
7.4 Diálogo competitivo	192

CAPÍTULO 8

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.....	197
8.1 Menor preço	200
8.2 Maior desconto	200
8.3 Melhor técnica ou conteúdo artístico	201
8.4 Técnica e preço.....	203
8.5 Maior lance.....	205
8.6 Maior retorno econômico.....	205

CAPÍTULO 9

OS OBJETOS DO PROCESSO LICITATÓRIO	209
9.1 Licitação para compras.....	209
9.1.1 Disposições sobre especificidades do termo de referência.....	210
9.1.2 Disposições sobre parcelamento.....	211
9.1.3 Disposições sobre manutenção e assistência técnica	213
9.1.4 Disposições sobre qualidade do produto	213
9.1.5 Disposições sobre padronização.....	216
9.1.6 Disposições sobre estudo técnico preliminar	217
9.2 Licitação para obras e serviços	217
9.2.1 Disposições sobre obras e serviços de engenharia	217
9.2.1.1 Empreitada por preço unitário	221
9.2.1.2 Empreitada por preço global.....	221
9.2.1.3 Empreitada integral	222
9.2.1.4 Contratação por tarefa.....	222
9.2.1.5 Contratação integrada e semi-integrada	222
9.2.1.6 Fornecimento e prestação de serviço associado.....	225
9.2.2 Disposições sobre serviços em geral	226
9.2.2.1 Contratação de serviços de manutenção e assistência técnica.....	227
9.2.2.2 Possibilidade de execução por terceiros	227
9.2.2.3 Possibilidade de execução por mais de uma empresa	229
9.2.2.4 Regime de dedicação exclusiva de mão de obra	229
9.3 Licitação para locação de imóveis.....	230

CAPÍTULO 10

LICITAÇÕES INTERNACIONAIS	233
10.1 Disposições sobre exigência de compatibilidade com as diretrizes da política monetária internacional e do comércio exterior	234
10.2 Disposições sobre isonomia entre os licitantes estrangeiros e brasileiros.....	234
10.3 Disposições sobre exigência relativa a gravames incidentes sobre preços.....	235

CAPÍTULO 11

CONTROLE JURÍDICO E DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO.....	237
11.1 O controle jurídico realizado pela Advocacia Pública	237
11.1.1 Advocacia Pública brasileira: estado da arte	238
11.1.1.1 A Advocacia Pública na Federação brasileira	238
11.1.1.1.1 A Advocacia-Geral da União e seus órgãos vinculados	239
11.1.1.1.2 As procuradorias dos estados e do Distrito Federal.....	242
11.1.1.1.3 As procuradorias municipais.....	243
11.1.1.2 Atividades típicas de Advocacia Pública	245
11.1.1.2.1 A atividade consultiva	245
11.1.1.2.2 A atividade contenciosa	246

11.1.1.2.3	Atividade de controle jurídico	247
11.1.2	A amplitude do controle jurídico desenvolvido pela Advocacia Pública	251
11.1.2.1	Objeto do controle: legalidade ou juridicidade?	251
11.1.2.2	Objeto da atividade desempenhada: efetivo controle dos atos praticados ou simples veiculação de orientações jurídicas?	254
11.1.2.2.1	A prática consolidada na esfera administrativa	254
11.1.2.2.1.1	Sobre a ausência de configuração de controle jurídico na análise de minutas	255
11.1.2.2.1.2	Sobre a ausência de configuração de controle jurídico na resposta a consultas formuladas pela Administração	255
11.1.2.2.2	A lógica que está por trás dessa prática administrativa, a sua irrelevância/falsidade/ilegalidade e os riscos envolvidos: argumentos pragmático e jurídico	256
11.1.2.2.2.1	Sobre a irrelevância teórica do argumento pragmático construído nesse contexto	256
11.1.2.2.2.2	Sobre a falsidade do argumento pragmático construído nesse contexto	257
11.1.2.2.2.3	Sobre o risco de responsabilização pessoal dos agentes públicos e privados envolvidos pela prática de ato de improbidade administrativa	258
11.1.2.2.2.4	Sobre o equívoco do argumento jurídico construído	261
11.1.2.2.3	A Lei nº 14.133/2021 muda tudo	262
11.1.2.3	A circunscrição da análise desenvolvida aos aspectos jurídicos	267
11.1.3	Vinculatividade das manifestações jurídicas e responsabilização de agentes estatais	267
11.1.4	Minutas/manifestações padronizadas e dispensa de análise jurídica	274
11.2	A divulgação do edital de licitação	274

CAPÍTULO 12

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES	277
12.1 Disposições sobre prazos	277
12.2 Disposições sobre modos de disputa incidentes	279
12.2.1 Especificidades do modo aberto	280
12.2.2 Especificidades do modo fechado	280
12.2.3 Outras disposições sobre a incidência dos modos de disputa	280
12.3 Disposições sobre exigência de garantia da proposta	281

CAPÍTULO 13

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	283
13.1 Critérios de desclassificação	284
13.2 Critérios de desempate	285
13.3 Disposições sobre negociação de condições mais vantajosas	286

CAPÍTULO 14

HABILITAÇÃO DOS LICITANTES	287
14.1 Disposições sobre declaração de requisitos e exigência da apresentação de documentos	287

14.2	Disposições sobre realização de vistoria prévia no local da execução.....	288
14.3	Disposições sobre vedação quanto à substituição/apresentação de documentos.....	289
14.4	Disposições sobre definição das condições de habilitação.....	290
14.5	Disposições sobre habilitação por processo eletrônico.....	291
14.6	Disposições sobre habilitação jurídica.....	291
14.7	Disposições sobre habilitação técnica.....	291
14.8	Disposições sobre habilitação fiscal, social e trabalhista.....	295
14.9	Disposições sobre habilitação econômico-financeira.....	296
14.10	Disposições sobre apresentação da documentação necessária.....	298

CAPÍTULO 15

ENCERRAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO		299
15.1	O retorno dos autos para saneamento de irregularidades.....	300
15.2	Revogação e anulação.....	301
15.2.1	A revogação como modalidade de extinção fundada em juízo de conveniência e oportunidade.....	302
15.2.2	A anulação como modalidade de extinção fundada em vício jurídico	302
15.3	Homologação e adjudicação	303
15.4	Extensão da aplicação do dispositivo à contratação direta	304

CAPÍTULO 16

O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.....		307
16.1	Inexigibilidade de licitação.....	311
16.2	Dispensa de licitação	314
16.2.1	Dispensa de licitação relacionada ao valor da contratação	318
16.2.2	Dispensa de licitação relacionada a situações de emergência	319
16.2.3	Dispensa de licitação relacionada ao fracasso de licitação anterior.....	319
16.2.4	Dispensa de licitação relacionada à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação científica e tecnológica.....	320
16.2.5	Dispensa de licitação relacionada à segurança nacional e à manutenção da ordem.....	321
16.2.6	Dispensa de licitação relacionada à aquisição de bens e serviços diretamente do Poder Público.....	322
16.2.7	Dispensa de licitação relacionada à associação entre entes federados	322
16.2.8	Dispensa de licitação relacionada à saúde pública.....	322
16.2.9	Dispensa de licitação relacionada ao sistema prisional	323
16.2.10	Dispensa de licitação relacionada ao trabalho de pessoas com deficiência.....	323
16.2.11	Dispensa de licitação relacionada a outros objetos	323

CAPÍTULO 17

ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS		325
17.1	Licitação para alienação de bens públicos	327

17.1.1	Alienação de bens imóveis	328
17.1.2	Alienação de bens móveis.....	330
17.3	Disposições sobre doação com encargos	330
17.4	Disposições sobre direito de preferência para quem comprovar a ocupação do bem alienado	330

CAPÍTULO 18

PROCEDIMENTOS AUXILIARES.....		331
18.1	Credenciamento	332
18.2	Pré-qualificação	334
18.3	Manifestação de interesse	336
18.4	Registro de preços.....	337
18.4.1	Utilização do sistema de registro de preços como procedimento auxiliar de licitações	340
18.4.2	Compatibilização do registro de preços com o critério de julgamento por menor preço por grupo de itens (ou por lote).....	342
18.4.3	Possibilidade da utilização do sistema registro de preços sem a indicação do total a ser adquirido	342
18.4.4	Utilização do sistema de registro de preços na contratação direta.....	342
18.4.5	Ausência de vinculação da Administração e vinculação do licitante/contratado	342
18.4.6	Atores processuais envolvidos e <i>modus operandi</i> da sua participação	343
18.4.7	Preferência da utilização do sistema de registro de preços sobre as licitações para compras.....	344
18.5	Registro cadastral.....	344

PARTE III

O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 19

FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS.....		349
19.1	A convocação do licitante vencedor	351
19.2	As formalidades contratuais que precisam ser observadas.....	353
19.3	A positivação legislativa de cláusulas obrigatórias.....	354
19.4	A obrigatoriedade da cessão dos direitos patrimoniais relativos aos projetos e serviços técnicos contratados	357
19.5	A obrigatoriedade de divulgação dos contratos celebrados no Portal Nacional de Contratações Públicas	359
19.6	Obrigatoriedade e dispensa do instrumento contratual	360

CAPÍTULO 20

GARANTIAS CONTRATUAIS.....		363
20.1	As modalidades de garantias	365
20.1.1	Caução.....	365

20.1.2	Seguro-garantia.....	365
20.1.3	Fiança bancária	366
20.2	Disposições sobre a renovação da garantia	366
20.3	Disposições sobre o valor da garantia	367
20.4	Disposições sobre a restituição da garantia.....	367
20.5	Síntese esquemática	368

CAPÍTULO 21

ALOCAÇÃO DE RISCOS.....		369
21.1	A matriz de alocação de risco	370
21.2	A relação necessária entre a alocação de riscos e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato	370
21.3	Disposições sobre a padronização na alocação de riscos	371

CAPÍTULO 22

CLÁUSULAS EXORBITANTES		373
22.1	A possibilidade de modificação unilateral do contrato pela Administração	375
22.2	A admissibilidade da extinção unilateral do contrato pela Administração.....	376
22.3	O poder-dever da Administração de exercer rigorosa fiscalização da execução do contrato.....	377
22.4	O poder-dever da Administração de aplicar sanções aos contratados que incorrerem em infrações administrativas.....	378
22.5	A viabilidade da ocupação de bens e utilização de pessoal e serviços vinculados ao contrato	378
22.6	A relação necessária entre as cláusulas exorbitantes e o equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato	379

CAPÍTULO 23

DURAÇÃO DOS CONTRATOS		381
23.1	Regra geral sobre duração dos contratos.....	382
23.2	Regras específicas.....	383
23.2.1	Disposições sobre serviços e fornecimentos contínuos	383
23.2.2	Hipóteses específicas de contratação direta por dispensa de licitação	383
23.2.3	Disposições sobre contratação de serviço público exercido em regime de monopólio.....	385
23.2.4	Disposições sobre a formalização de contratos de eficiência que gerem economia para a Administração.....	385
23.2.5	Disposições sobre contratações com escopo predefinido.....	385
23.2.6	Disposições sobre associação de fornecimento de bens e prestação de serviços	385
23.2.7	Disposições sobre operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação.....	386
23.3	Disposições sobre aproveitamento de prazos definidos em leis especiais	386

CAPÍTULO 24

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS.....	389
24.1 Disposições sobre gestão de recursos humanos	390
24.1.1 A reserva de postos de trabalho	390
24.1.2 Os fiscais do contrato.....	391
24.1.3 O preposto do contratado.....	393
24.2 Disposições sobre responsabilização do contratado	394
24.2.1 Reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição de parcial do objeto do contrato.....	395
24.2.2 Responsabilidade civil do contratado <i>versus</i> fiscalização/acompanhamento pelo contratante.....	395
24.2.3 Responsabilidade exclusiva do contratado pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais	395
24.3 Disposições sobre admissibilidade da subcontratação	396
24.4 Disposições sobre resolução administrativa de conflitos no curso da execução dos contratos	397
24.4.1 Obrigatoriedade de decisão.....	397
24.4.2 Afastamento da obrigatoriedade para requerimentos manifestamente impertinentes.....	398
24.4.3 Estabelecimento de prazo para decisão.....	398

CAPÍTULO 25

ALTERAÇÕES CONTRATUAIS	399
25.1 Alterações contratuais unilaterais	402
25.2 Alterações contratuais por acordo entre as partes.....	402
25.3 Limites impostos pelo legislador	403
25.4 Disposições sobre obras e serviços de engenharia	404
25.5 Disposições sobre supressão de obras, bens e serviços	404
25.6 Disposições sobre contratação integrada ou semi-integrada.....	404
25.7 Obrigatoriedade da formalização de termo aditivo.....	405
25.8 Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	406
25.9 Alteração nos preços.....	406

CAPÍTULO 26

EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	409
26.1 Aspecto subjetivo (ou iniciativa).....	411
26.1.1 Extinção pela Administração.....	411
26.1.1.1 O condicionamento da extinção do contrato por decisão da Administração à observância do contraditório e do dever de motivação das decisões jurídicas	411
26.1.1.2 As hipóteses em que é admitida a extinção do contrato pela Administração	414
26.1.2 Extinção pelo contratado.....	414
26.2 Aspecto objetivo (ou modalidades).....	415
26.2.1 Extinção por ato unilateral	415

26.2.2	Extinção por acordo entre as partes	416
26.2.3	Extinção por decisão arbitral ou judicial	419

CAPÍTULO 27

RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO		425
27.1	Recebimento de obras e serviços	426
27.2	Recebimento de compras	427
27.3	Recebimento de projetos de obra.....	427

CAPÍTULO 28

PAGAMENTOS RELATIVOS À CONTRATAÇÃO		429
28.1	A imposição de ordem cronológica de pagamento por fonte de recursos e categoria de contrato.....	431
28.2	Disposições sobre a possibilidade de modificação na ordem cronológica	432
28.3	Disposições sobre pagamento em conta vinculada ou por efetiva comprovação do fato gerador.....	432
28.4	Disposições sobre controvérsia sobre pagamento e liberação da parcela incontroversa	433
28.5	Disposições sobre remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado.....	433
28.6	Disposições sobre pagamento antecipado	433
28.7	Disposições contábeis.....	434

CAPÍTULO 29

NULIDADES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....		435
29.1	Nulidade por ausência de caracterização do objeto do contrato e da indicação de créditos orçamentários que suportarão o custo da contratação.....	436
29.2	Nulidade e interesse público	436
29.3	Nulidade e indenização	440
29.4	Nulidade e preservação temporária da continuidade da execução do contrato	441
29.5	Nulidade e instrumentalidade das formas	441

CAPÍTULO 30

MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS		443
30.1	O tribunal multiportas e a sua recepção pelo direito brasileiro.....	444
30.2	A resolução de controvérsias pelo método autocompositivo.....	447
30.2.1	A técnica da conciliação	447
30.2.2	A técnica da mediação.....	448
30.2.3	A distinção conceitual entre a conciliação e a mediação	449
30.3	A resolução de controvérsias mediante intervenção de comitês de resolução de disputas (<i>dispute boards</i>).....	451
30.4	A resolução de controvérsias por heterocomposição arbitral.....	452
30.5	Disposições sobre a escolha de árbitros, tribunais arbitrais e comitês de resolução de disputa	459

PARTE IV

O PROCESSO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO 31

O CONTROLE DOS ATOS DE LICITANTES E CONTRATADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.....	465
31.1 Infrações e sanções administrativas	470
31.1.1 Infrações administrativas	470
31.1.2 Sanções administrativas	472
31.1.2.1 Advertência	472
31.1.2.2 Multa	472
31.1.2.3 Impedimento de licitar e contratar.....	473
31.1.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	474
31.1.2.5 Cumulação de sanções	476
31.2 O relacionamento entre a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Anticorrupção.....	476
31.3 Disposições sobre desconsideração da personalidade jurídica	476
31.4 Disposições sobre publicação das sanções aplicadas em cadastros nacionais.....	477
31.5 Disposições sobre multa moratória.....	477
31.6 Disposições sobre reabilitação do licitante/contratado	477

CAPÍTULO 32

O CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO POR INICIATIVA DE PARTICULARES	479
32.1 Impugnações e pedidos de esclarecimentos.....	480
32.2 Recursos e pedidos de reconsideração	481
32.2.1 Recursos.....	481
32.2.1.1 Recursos interpostos no processo licitatório	481
32.2.1.2 Recursos interpostos em processos voltados à formalização/execução de contratações públicas.....	481
32.2.2 Pedidos de reconsideração.....	482
32.2.3 Efeito suspensivo e controle jurídico.....	482

CAPÍTULO 33

A DEFLAGRAÇÃO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO PELA ADMINISTRAÇÃO E POR ÓRGÃOS EXTERNOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.....	483
33.1 Modalidades de controle.....	486
33.1.1 Controle interno	486
33.1.2 Controle externo.....	487
33.2 Disposições sobre acesso a documentos e informações	487
33.3 Disposições sobre o <i>modus operandi</i> da atividade de controle.....	488
33.4 Disposições sobre a suspensão cautelar do processo licitatório por tribunais de contas	490

33.5	Sobre a exclusão dos dispositivos sobre formulação de consultas aos órgãos de controle e sobre suas possíveis consequências para eficiência/eficácia das licitações/contratações públicas caso eles tivessem sido mantidos no texto da Lei nº 14.133/2021	490
------	---	-----

CAPÍTULO 34

A SEGURANÇA JURÍDICA NA ATIVIDADE DE CONTROLE: DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS VERSUS MODELO DE PRECEDENTES.....		495
34.1	Notas sobre o modelo brasileiro de precedentes.....	496
34.2	O problema levantado pela Presidência da República quando vetou os dispositivos	499
34.2.1	A extensão da vinculatividade dos precedentes e decisões persuasivas invocadas à Administração Pública.....	500
34.2.2	A extensão da vinculatividade dos precedentes e decisões persuasivas invocadas aos tribunais de contas.....	502
34.2.3	Limites conceituais à vinculatividade de precedentes e decisões persuasivas invocadas como antídoto ao problema levantado pela Presidência da República quando vetou os dispositivos.....	503
34.3	A vinculatividade das decisões proferidas pelos tribunais de contas em matéria de licitações e contratos administrativos.....	506

CAPÍTULO 35

A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO CAPITANEADA PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS		509
35.1	Extensão da capacitação profissional reclamada pelo legislador.....	509
35.2	Controle administrativo e caráter pedagógico.....	510

PARTE V

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO 36

O PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....		513
36.1	A veiculação de opção político-normativa pela centralização das informações em portal nacional	515
36.2	A possibilidade da instituição residual de portais correlatos no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.....	516
36.3	A possibilidade da instituição residual de portais privados integrados ao portal nacional.....	516
36.4	O estabelecimento de período de transição para os municípios de menor porte	517

CAPÍTULO 37

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS.....		519
37.1	Alterações no Código de Processo Civil de 2015.....	519
37.2	Alterações no Código Penal.....	520

37.3	Alterações na Lei Geral de Concessões	524
37.4	Alterações na Lei das Parcerias Público-Privadas	526

CAPÍTULO 38

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS		527
38.1	Centrais de compras	527
38.2	Critérios para a atualização de valores.....	528
38.3	Critérios para a contagem dos prazos.....	528
38.4	Extensão da aplicação da Lei nº 14.133/2021 a convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados pela Administração Pública	529
38.5	Extensão da aplicação das alterações introduzidas pela Lei nº 14.133/2021 no Código Penal também às licitações e contratos regidos pela Lei das Estatais	530
38.6	Extensão da aplicação da Lei nº 14.133/2021 às concessões de serviços públicos, às parcerias público-privadas e à contratação de serviços de publicidade.....	530
38.7	Extensão da regulamentação da Lei nº 14.133/2021 pelo ente federal também aos estados e municípios.....	531
38.8	Extensão da aplicação da Lei nº 14.133/2021 a toda legislação anterior que faça referência aos diplomas legais revogados.....	531
38.9	Disposições sobre atos jurídicos perfeitos.....	531
38.10	Disposições sobre a convivência temporária entre o regime normativo revogado e o regime da Lei nº 14.133/2021	532
38.11	A aplicação apenas subsidiária da Lei nº 14.133/2021 a contratos relativos a patrimônio da União ou de suas autarquias e fundações públicas	535
38.12	A revogação do regime normativo pretérito	535
38.12.1	Revogação dos arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666/1993	536
38.12.2	Revogação dos demais dispositivos da Lei nº 8.666/1993, da Lei do Pregão e dos arts. 1º a 47 da Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas.....	539
38.13	O início da vigência e eficácia da Lei nº 14.133/2021	539
À GUIA DE CONCLUSÃO.....		541
REFERÊNCIAS.....		545